

Eólica Chuí IX S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de setembro
de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Chuí IX S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais da Eólica Chuí IX S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

Florianópolis, 05 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9


Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30.09.2018	31.12.2017	Passivo	Nota	30.09.2018	31.12.2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	2.428	1.972	Fornecedores	14	118	198
Contas a receber	6	1.226	1.134	Tributos a recolher	15	195	220
Tributos a recuperar	7	681	427	Empréstimos e financiamentos	16	5.513	5.529
Despesas pagas antecipadamente	8	1	59	Credores diversos	17	6.414	5.765
Outros créditos	9	<u>87</u>	<u>119</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>896</u>	<u>656</u>
Total do ativo circulante		<u>4.423</u>	<u>3.711</u>	Total do passivo circulante		<u>13.136</u>	<u>12.368</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	10	2.217	2.129	Empréstimos e financiamentos	16	35.140	37.216
Tributos diferidos	11	11.884	11.495	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	2.723
Imobilizado	12	55.198	58.316	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>1.074</u>	<u>1.074</u>
Intangível	13	<u>3.694</u>	<u>3.784</u>	Total do passivo não circulante		<u>36.214</u>	<u>41.013</u>
Total do ativo não circulante		<u>72.993</u>	<u>75.724</u>	Patrimônio líquido	20		
				Capital social		52.625	49.902
				Prejuízos acumulados		<u>(24.559)</u>	<u>(23.848)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>28.066</u>	<u>26.054</u>
Total do ativo		<u><u>77.416</u></u>	<u><u>79.435</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>77.416</u></u>	<u><u>79.435</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Chuí IX S.A.
CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

		01.07 a	01.01 a	01.07 a	01.01 a
	Nota	30.09.2018	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2017
Receita operacional líquida	21	<u>3.861</u>	<u>9.600</u>	<u>2.547</u>	<u>7.981</u>
Custos de operação	22	<u>(2.227)</u>	<u>(6.876)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>(5.691)</u>
Lucro bruto		<u>1.634</u>	<u>2.724</u>	<u>673</u>	<u>2.290</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Material		-	(1)	(2)	(7)
Serviço de terceiros	23	(62)	(240)	(51)	(282)
Depreciação		(1)	(3)	(1)	(3)
Gerais e administrativas		(23)	(70)	(148)	(191)
Honorários dos administradores		(35)	(103)	(36)	(89)
Reversão do impairment		-	-	-	16.722
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.513</u>	<u>2.307</u>	<u>435</u>	<u>18.440</u>
Receitas financeiras	24	74	182	54	1.187
Despesas financeiras	24	<u>(1.163)</u>	<u>(3.566)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(4.370)</u>
		<u>(1.089)</u>	<u>(3.384)</u>	<u>(1.200)</u>	<u>(3.183)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>424</u>	<u>(1.077)</u>	<u>(765)</u>	<u>15.257</u>
Impostos diferidos					
Imposto de renda		(106)	269	(265)	(4.052)
Contribuição social		<u>(38)</u>	<u>97</u>	<u>(97)</u>	<u>(1.458)</u>
Resultado do período		<u>280</u>	<u>(711)</u>	<u>(1.127)</u>	<u>9.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	01.07 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2018	01.07 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2017
Resultado do período	280	(711)	(1.127)	9.747
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>280</u></u>	<u><u>(711)</u></u>	<u><u>(1.127)</u></u>	<u><u>9.747</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20	<u>49.902</u>	<u>(30.584)</u>	<u>19.318</u>
Resultado do período		<u>-</u>	<u>9.747</u>	<u>9.747</u>
Saldos em 30 de setembro de 2017		<u>49.902</u>	<u>(20.837)</u>	<u>29.065</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>49.902</u>	<u>(23.848)</u>	<u>26.054</u>
Aumento de capital social		2.723	-	2.723
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(711)</u>	<u>(711)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2018		<u>52.625</u>	<u>(24.559)</u>	<u>28.066</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Eólica Chuí IX S.A.

CNPJ: 19.661.005/0001-93

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	30.09.2018	30.09.2017
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	<u>(1.077)</u>	<u>15.257</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.213	3.213
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	240	772
Reversão de Impairment	-	(16.722)
Encargos financeiros	<u>3.476</u>	<u>3.701</u>
Lucro ajustado	<u>5.852</u>	<u>6.221</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Impostos a recuperar	(277)	(112)
Outros créditos	32	213
Despesas pagas antecipadamente	58	20
Contas a receber	<u>(92)</u>	<u>(38)</u>
	<u>(279)</u>	<u>83</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores	(80)	(1.237)
Tributos a recolher	(25)	(20)
Outros passivos	<u>(8)</u>	<u>(70)</u>
	<u>(113)</u>	<u>(1.327)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>5.460</u>	<u>4.977</u>
Pagamento de encargos financeiros	<u>(2.655)</u>	<u>(2.800)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>2.805</u>	<u>2.177</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(88)	(132)
Adições ao ativo imobilizado	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(93)</u>	<u>(132)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	619
Pagamento de Empréstimos e financiamentos - Principal	<u>(2.256)</u>	<u>(2.236)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(2.256)</u>	<u>(1.617)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	456	428
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>1.972</u>	<u>917</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>2.428</u>	<u>1.345</u>

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Eólica Chuí IX S.A., Geradora de Energia Elétrica é uma sociedade anônima fechada e que tem por objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica, do Parque Eólico denominado Chuí 09, no município de Chuí, no Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamentos, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2015, sendo que o Parque Eólico Chuí 09 possui 17,9 MW^{médios}¹ de potência instalada.

Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Chuí IX foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

Em 29 de dezembro de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foram transferidos 100% das ações da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. à Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A., através de Termo de Transferência de Ações, portanto, a partir dessa data a Eletrobras passou a ser o acionista controlador da Companhia.

Continuidade operacional

Nos exercícios de 2016 e 2017 as atividades da Companhia passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visaram equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízo no período de R\$ 711, prejuízos acumulados de R\$ 24.559 e capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 8.713 (R\$ 8.657 em 31 de dezembro de 2017).

Mesmo que a companhia venha apresentando capital circulante líquido negativo, vale ressaltar que, dentro das condições da atual conjuntura operacional e financeira da companhia, existem condições de continuidade operacional.

Os prejuízos acumulados e o capital circulante negativo, são oriundos da incidência de custos relacionadas à baixa geração de energia em períodos anteriores com ventos no local abaixo do previsto. Contribui ainda para o capital circulante negativo, o registro no passivo circulante dos valores a liquidar decorrentes da construção do parque eólico que não serão recorrentes e dos empréstimos e financiamentos que refletem 12 meses do serviço da dívida.

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Para amenizar a insuficiência de capital de giro, equacionar os resultados e recuperar a lucratividade das operações a Administração tomou as seguintes medidas:

- Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 01 de fevereiro de 2017 aportes de capital por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$8.350. Os aportes não realizados até 30 de setembro de 2018 totalizam R\$ 7.732, espera-se que sejam realizados de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.
- A dívida com a Renobrax permanece em trâmite judicial. Em 30 de setembro de 2018 corresponde ao valor de R\$ 6.413 (R\$ 5.756 em 31 de dezembro de 2017), contabilizados integralmente no passivo circulante impactando, dessa forma, o capital circulante líquido. Paralelamente, estão sendo realizadas tratativas negociais visando equalizar os valores devidos a fim de renegociar a dívida registrada na rubrica “Credores Diversos”, sendo que a sua liquidação depende do desfecho das discussões judiciais e negociações, para mais detalhes vide nota explicativa nº 17.
- Em 24 de março e 05 de maio de 2017 a Companhia enviou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a “Declaração de Oferta de Redução de Montantes de Energia Elétrica” referente ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD, nas modalidades A“0” e A“4+”, respectivamente, na qual descontratou, a partir de abril de 2017 até o final dos contratos, o total da energia vendida pelos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs. A confirmação dos montantes descontratados pela Companhia foi por meio de comunicados públicos da CCEE, CO 279/17 de 24/05/2017 (A0) e CO 287/17 29/05/2017 (A4+). Além disso, a Companhia negociou a venda da energia descontratada a preços superiores aos valores dos CCEARs.

O objetivo da Companhia ao participar dos mecanismos é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos e dos preços praticados pelo mercado. Com a estratégia acima, projeta-se uma melhora significativa dos índices referenciais do projeto. Vale atentar que a alteração dos contratos do mercado regulado para o mercado livre, afetou alguns critérios e premissas da análise de crédito do financiamento, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Conforme o acompanhamento da geração em 2016/2017, observa-se uma tendência de melhora gradual na condição dos ventos nos próximos anos, em direção ao atingimento da garantia física (GF) dos parques de acordo com os estudos realizados na etapa de projeto. Até a data de 30 de setembro de 2018 a geração atingiu o percentual de 82% da garantia física.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Nº 218	26/05/2014	20MWmédio ¹	35 anos

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a alteração da Portaria acima citada, referente ao sistema de conexão e as características técnicas dos aerogeradores, com nova capacidade instalada de 17,9 MW¹, homologadas pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 5.397, de 11 de agosto de 2015.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 05 de novembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2017 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2018. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2018, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2017. Salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados a adoção do CPC 48 - Instrumentos

Financeiros e CPC 47 - Receita de contrato com clientes, descritos a seguir, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

a. CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação Programas de Fidelidade com o Cliente. O CPC 47 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Através dessa análise dos impactos em suas demonstrações financeiras, entende que não há impactos significativos.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não tiveram um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	01.01.2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos recebíveis	Custo Amortizado	1.972
Depósitos vinculados	Empréstimos recebíveis	Custo Amortizado	2.129
Outros créditos	Empréstimos recebíveis	Custo Amortizado	119
Passivos financeiros			
Contas a pagar de fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	198
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	42.745
Cretores diversos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	5.765
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	2.723

5 Caixa e equivalente de caixa

	30.09.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	1	1
Aplicações Financeiras	<u>2.427</u>	<u>1.971</u>
	<u><u>2.428</u></u>	<u><u>1.972</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Bransul S.A., cujos rendimentos são 100% do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária.

6 Contas a receber

	30.09.2018	31.12.2017
Venda de energia	3	3
Provisão de venda de energia	<u>1.223</u>	<u>1.131</u>
	<u><u>1.226</u></u>	<u><u>1.134</u></u>

O saldo de contas a receber em 30 de setembro de 2018 é composto basicamente pelas provisões de venda de energia que serão faturadas em outubro de 2018.

7 Tributos a recuperar

	30.09.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido na fonte	150	129
PIS a recuperar	11	-
COFINS a recuperar	51	-
IRRF a compensar s/ faturamento	249	159
CSLL a compensar s/ faturamento	<u>220</u>	<u>139</u>
	<u><u>681</u></u>	<u><u>427</u></u>

8 Despesas pagas antecipadamente

Refere-se a valores de Seguro Responsabilidade Civil e Risco Operacional a ser apropriado mensalmente como despesa durante o exercício corrente.

9 Outros créditos

Refere-se a valores de adiantamento a General Eletric referente a serviços de O&M.

10 Depósitos vinculados

Refere-se aos Investimentos de fundos referenciados ao Depósitos Interfinanceiro (DI). Constituído-se uma reserva para amortizações das dívidas obtidas em empréstimos com o BNDES e BRDE, em moeda nacional.

11 Tributos diferidos

	Base	IRPJ	CSLL	Saldo em 30.09.2018	Saldo em 31.12.2017
Prejuízo fiscal	7.200	1.800	648	2.448	2.087
Diferenças temporárias	594	148	54	202	174
Impairment	27.159	6.790	2.444	9.234	9.234
	<u>34.953</u>	<u>8.738</u>	<u>3.146</u>	<u>11.884</u>	<u>11.495</u>

A Companhia constituiu créditos fiscais devido reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

12 Imobilizado

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2017 a 30/09/2018:

Em curso	Saldos em 31.12.2017	Aquisições	Depreciação	Saldos em 30.09.2018
Geração				
Edificações e benfeitorias	2.870	-	-	2.870
A ratear	120	-	-	120
Estudos e projetos	9	-	-	9
Em serviço				
Geração				
Servidões	32	-	-	32
Terrenos	20	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.368	-	-	1.368
Maquinas e equipamentos	90.162	-	-	90.162
(-) Impairment	(27.160)	-	-	(27.160)
(-) Depreciação	(9.117)	-	(3.119)	(12.236)
Administração				
Móveis e utensílios	24	5	-	29
(-) Depreciação	(12)	-	(4)	(16)
	<u>58.316</u>	<u>5</u>	<u>(3.123)</u>	<u>55.198</u>

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2016 a 31/12/2017:

Em curso	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	Transferências	Depreciação	Reversão Impairment	Saldos em 31.12.2017
Geração						
Edificações e benfeitorias	2.635	235	-	-	-	2.870
A ratear	120	-	-	-	-	120
Estudos e projetos	9	-	-	-	-	9
Em serviço						
Geração						
Servidões	32	-	-	-	-	32
Terrenos	20	-	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.368	-	-	-	-	1.368
Maquinas e equipamentos	90.399	-	(237)	-	-	90.162
(-) Impairment	(37.028)	-	-	-	9.868	(27.160)
(-) Depreciação	(4.959)	-	-	(4.158)	-	(9.117)
(-) Reversão de Crédito PIS/COFINS	(237)	-	237	-	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	24	-	-	-	-	24
(-) Depreciação	(8)	-	-	(4)	-	(12)
	<u>52.375</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>(4.162)</u>	<u>9.868</u>	<u>58.316</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Em 31 de março de 2016 foi realizada a transferência do Ativo Imobilizado em Curso para o Ativo Imobilizado em Serviço conforme Resolução 674/2015 ANEEL.

Impairment (CPC 01 (R1))

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2017, avaliação da sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas:

	31/12/2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa	6,54% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de MCSD e PPAs Vigentes a partir de 2018
Pis e Cofins	9,25% sobre a receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro dos parques
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das autorizações

Como resultado, em 2017 foi efetuada reversão de impairment no valor de R\$ 9.868. Este valor decorreu principalmente devido a descontração dos contratos CCEARs e adesão ao MCSD, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

13 Intangível

	30.09.2018	31.12.2017
Cessão de direitos - Renobrax	4.075	4.075
(-) Amortização cessão de direitos	(382)	(292)
Outros	1	1
	3.694	3.784

Refere-se aos direitos relativos aos projetos de exploração do parque Chui 09 adquirido da Renobrax Energias Renováveis Ltda. A amortização dos direitos de exploração, iniciou a partir do momento da entrada em operação, com base no prazo remanescente dos contratos de autorização.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R\$ 6.413, referente ao saldo remanescente a pagar a Renobrax Energias Renováveis, em função da compra dos projetos de exploração eólica. Os valores devidos são atualizados pelo IPCA acrescidos de juros de mora e demais penalidades previstas no contrato até a sua efetiva liquidação. (vide nota explicativa nº 17).

14 Fornecedores

	30.09.2018	31.12.2017
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	56	53
Eolica Hermenegildo I S.A.	14	11
Outros epecistas	12	96
Arrendamentos	36	38
	118	198

15 Tributos a recolher

	30.09.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido a pagar	6	7
Retenções IN RFB 1.234/2012	20	46
INSS retido PJ	1	-
PIS	30	27
COFINS	138	140
	195	220

16 Empréstimos e financiamentos

	30.09.2018	31.12.2017
Empréstimo - BNDES	26.887	28.429
Encargos da dívida	2.017	1.932
Empréstimos - BRDE	11.710	12.471
Encargos da dívida	919	841
Custos a apropriar sobre empréstimos	(880)	(928)
	40.653	42.745
Circulante	5.513	5.529
Não Circulante	35.140	37.216

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

Saldo em 31/12/2016	45.195
Encargos financeiros	4.239
Pagamentos de principal	(2.986)
Pagamentos de juros	(3.703)
Saldo em 31/12/2017	42.745
Encargos incorridos	2.819
Pagamentos de principal	(2.256)
Pagamentos de juros	(2.655)
Saldo em 30/09/2018	40.653

Foi firmado, no dia 14 de janeiro de 2016, contrato de financiamento direto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito abaixo:

Subcrédito	D1	D2
Valor total do crédito (R\$)	16.096.000,00	15.465.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,02% a.a.	TJLP + 2,02% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016	
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo	

Os subcréditos D1 e D2 foram recebidos em 18 de janeiro de 2016, no valor bruto de R\$ 16.096 e 15.465, respectivamente. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos D1 e D2, incidirão juros à taxa de 2,02% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 27/12/2017, o BNDES anuiu com a descontração dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobras e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, onde o BNDES reprecificou o contrato.

Foi firmado, no dia 7 de janeiro de 2016, contrato de financiamento indireto junto ao Banco

Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, conforme descrito abaixo:

Crédito	D
Valor total do crédito (R\$)	13.758.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 3,40% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo

Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 3,40% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 28/12/2017, o BRDE anuiu com a desconstrução dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobrás e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, no qual o BRDE reprecificou o contrato.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes.

Está previsto na minuta do 1º aditamento ao contrato de financiamento junto ao BNDES e BRDE, em negociação, que a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado entre as empresas Hermenegildo I, II, III e Chuí IX, apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

17 Credores diversos

	30.09.2018	31.12.2017
Cessão de direitos a pagar - Renobrax	6.413	5.756
Outros credores	1	-
Provisão Gratificação Natalina	-	9
	<u>6.414</u>	<u>5.765</u>

Cessão de direitos a pagar - Renobrax

Refere-se aos valores a pagar à Renobrax Energias Renováveis Ltda., pela Cessão e Transferência de Bens e Direitos em caráter irrevogável, irretroatável e incondicional a Eólica Chuí IX S.A., a totalidade de 01 (um) parque eólico denominado “Chuí 09”, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em 08 de fevereiro de 2017, em resposta a notificação recebida da Renobrax cobrando os valores devidos, a Companhia se manifestou informando que há divergência dos valores pleiteados em função de discussão a respeito dos montantes referentes à cobrança de juros,

multa e atualização monetária. Informou também que, quando concluída a revisão dos cálculos, seria apresentada proposta formal para negociação da dívida.

A Renobrax ingressou com ação de execução contra a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., controladora da SPE à época, referente ao Contrato de Cessão e Transferência de Bens e Direitos. A Eletrosul, por sua vez, opôs embargos à execução, apontando a existência de excesso de execução nos cálculos apresentados pela Renobrax em razão de divergências no tocante aos juros, multas e correção monetária.

O processo encontra-se em tramitação judicial e, paralelamente, têm havido tratativas negociais entre Renobrax, Eletrosul e Eólica Chuí IX.

Ainda que haja divergência a respeito das premissas para cálculo dos valores devidos, o valor apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia contempla o previsto em contrato (multa, juros e atualização monetária), considerando todas as cláusulas contratuais na sua integridade.

Todavia, em eventual decisão judicial, acordo judicial ou extrajudicial entre as partes envolvidas, os valores de liquidação podem ser diferentes dos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

18 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante os exercícios anteriores foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste período. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. O montante de R\$ 896 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2017) registrado no passivo circulante refere-se aos desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes conforme cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. O montante de R\$ 1.074 (R\$ 1.074 em 31 de dezembro de 2017) registrado no passivo não circulante refere-se aos ressarcimentos que estão na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado (CCEARs) foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e foram rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Companhia, não havendo mais o risco de ressarcimento por geração reduzida previsto nos contratos firmados no ACR, descontinuados a partir de abril de 2017.

19 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.722 referente a adiantamento para futuro aumento da capital da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., os quais foram transferidos para Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e R\$ 1 da acionista Renobrax Energias Renováveis. Tais valores foram totalmente integralizados ao Capital Social da companhia em 01 de março de 2018.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias que encontram-se totalmente subscrita e integralizadas, como demonstrado a seguir:

	30.09.2018			31.12.2017		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	52.620	99,99	52.620	49.897	99,99	49.897
Renobrax Energias Renováveis	5	0,01	5	5	0,01	5
	<u>52.625</u>	<u>100</u>	<u>52.625</u>	<u>49.902</u>	<u>100</u>	<u>49.902</u>

Em 01 de março de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social por meio de integralização total do AFAC no valor de R\$ 2.723.

Em 30 de setembro de 2018, as 52.625 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

21 Receita operacional líquida

	30.09.2018	30.09.2017
Receita operacional bruta	10.958	9.739
(-) Deduções da receita bruta		
PIS não-cumulativo	(199)	(158)
Cofins não-cumulativo	(919)	(728)
(+/-) Provisões		
Provisão ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	<u>(240)</u>	<u>(872)</u>
	<u>9.600</u>	<u>7.981</u>

22 Custos de operação

	30.09.2018	30.09.2017
Limpeza e conservação	(3)	(1)
Material	(5)	(15)
Meio ambiente	(16)	(55)
Vigilância dos parques	(58)	-
Reparos em aerogeradores	(10)	(8)
Energia comprada para revenda	(1.451)	(1.176)
O&M - GE (aerogeradores)	(1.206)	(195)
O&M - Eletrosul (Instalações de transmissão)	(99)	(97)
O&M - Messtechnick (Estações Anemométricas)	(26)	(48)
Acompanhamento e Fiscalização Sv. OEM - Aeros e T. anemom.	(3)	-
Teste do Comissionamento dos Aerogeradores e Controladores	(4)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão (EUST)	(527)	(504)
Taxa de fiscalização ANEEL	(34)	(35)
Arrendamentos - Direito de Uso de Terras	(149)	(144)
Liquidação Contabilização Resultado Negativo-CCEE	(75)	(203)
Depreciação	(3.119)	(3.119)
Amortização	(91)	(91)
	<u>(6.876)</u>	<u>(5.691)</u>

23 Serviços de terceiros

	30.09.2018	30.09.2017
Serviços administrativos, contábeis, financeiros e jurídicos	(149)	(214)
Publicações legais	(41)	(36)
Auditoria externa	(16)	(13)
Ponte Corredor dos Vianas	(20)	-
Outros	(14)	(19)
	<u>(240)</u>	<u>(282)</u>

24 Receitas e despesas financeiras

	30.09.2018	30.09.2017
Rendimentos de aplicação financeira	183	174
Receita de juros e multas recebidas	-	136
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(1)	-
Reversão de provisão com juros	-	824
Outras receitas financeiras	-	53
Receitas financeiras	<u>182</u>	<u>1.187</u>
Despesas bancárias	(11)	(11)
Multa e juros de mora	(12)	(658)
Encargos s/ empréstimos - BNDES	(1.870)	(2.104)
Encargos s/ empréstimos - BRDE	(901)	(1.055)
Custos de empréstimos apropriados	(48)	(48)
Comissão Financiamento BNDES/BRDE	(67)	-
Encargos s/ cessão de direitos - Renobrax	(657)	(494)
Despesas financeiras	<u>(3.566)</u>	<u>(4.370)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.384)</u>	<u>(3.183)</u>

25 Contingências

Até 30 de setembro de 2018, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi cosnstituída.

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
	Custo amortizado	Custo Amortizado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.428	1.972
Depósitos vinculados	2.217	2.129
Outros créditos	87	119
Passivos financeiros		
Contas a pagar de fornecedores	118	198
Empréstimos e financiamentos	40.653	42.745
Credores diversos	6.414	5.765
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	2.723

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado. Quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

c. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre suas aplicações financeiras, saldo a pagar a Renobrax e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 30 de setembro de 2018, foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo de sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerados no cenário provável.

	Saldo em 30.09.2018	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	2.427	CDI 6,65%	2.588	3.235	3.882
Depósitos vinculados	2.217	CDI 6,65%	2.364	2.955	3.546
Renobrax a pagar	(6.413)	IPCA 4,53%	6.704	8.379	10.055
Empréstimos e financiamentos	(40.653)	TJLP 6,56%	43.320	54.150	64.980

27 Partes relacionadas

As operações da companhia com partes relacionadas durante o período de 30 de setembro de 2018 referem-se a Venda de energia e encargos de uso da rede elétrica. As principais transações estão relacionadas a seguir:

Contas a receber	30.09.2018	31.12.2017
Eletrosul	<u>1.223</u>	<u>1.131</u>
Ativo circulante	<u>1.223</u>	<u>1.131</u>
Contas a pagar	30.09.2018	31.12.2017
Eletrosul	6	2.814
Furnas	8	8
Amazonas GT	-	1
Eletronorte	5	4
Hermenegildo I	14	10
CHESF	<u>7</u>	<u>7</u>
	<u>40</u>	<u>2.844</u>
Passivo circulante	40	121
Passivo não circulante	-	2.723
Resultado	30.09.2018	30.09.2017
Eletrosul	8.833	6.135
Eletrosul	(160)	(959)
Furnas	(78)	(53)
CHESF	(69)	(45)
Eletronorte	<u>(45)</u>	<u>(38)</u>
	<u>8.481</u>	<u>5.040</u>

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 30 de setembro de 2018 a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou os seguintes valores:

	30.09.2018	30.09.2017
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	88	79
Encargos Sociais	<u>9</u>	<u>9</u>
	<u>97</u>	<u>88</u>

28 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2018
Integralização de capital com AFAC	2.723

* * *